

Cenpes se alia a universidades e empresas para criar tecnologia para o pré-sal

Eletrobrás decide o destino das usinas do Proinfa que não saíram do papel

Licenciamento e crise fazem governo postergar projetos de geração do PAC

Importar gasolina e diesel vale a pena, mas distribuidoras temem a Petrobras

# BRASIL ENERGIA

[www.brasilenergia.com.br](http://www.brasilenergia.com.br)

Nº 339 - Fevereiro 2009

## O GRANDE DESAFIO

**Com estratégia ousada que surpreende o mercado, a Petrobras aumenta e diversifica seus investimentos, visando emergir da crise mais fortalecida**

**Veja nesta edição onde o Plano Estratégico 2009-2013 está mirando:**

- E&P: US\$ 105 bilhões pagam o pré-sal e o que mais vier
- Abast confirma Premium I e II de olho no mercado europeu
- Internacional inclui biocombustíveis em sua carteira
- G&E prevê a possibilidade de o Brasil exportar gás

# A crise joga a favor

*Repasse de contratos do mercado livre e revisão do PLD entram na agenda do MME*

Antonio Carlos Sil

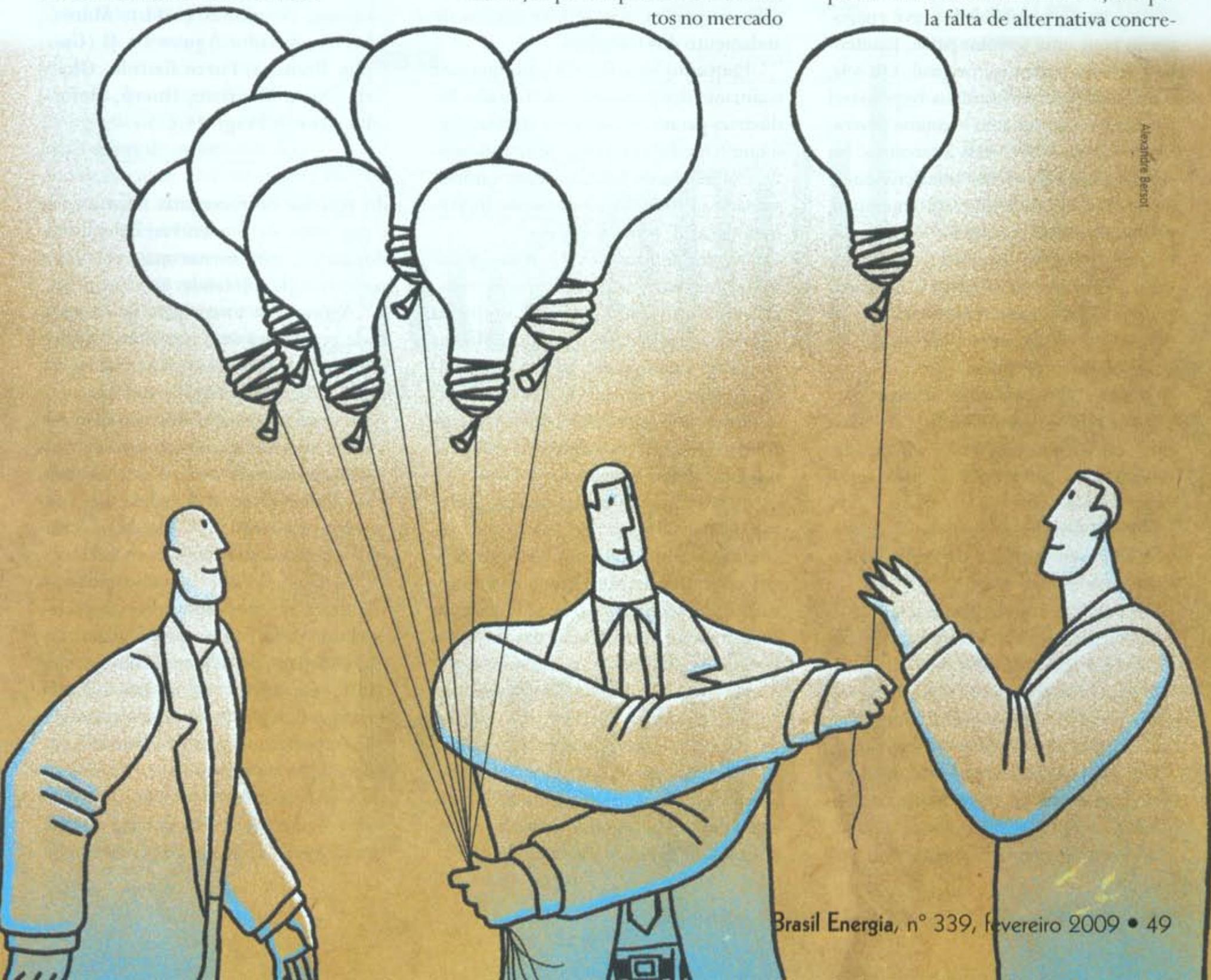
O setor elétrico está perto de resolver de uma só vez dois problemas sérios que historicamente complicam demais a vida dos agentes. Um deles é a proibição, pela legislação em vigor, do repasse dos contratos de energia firmados no ambiente livre. O outro é o intempestivo cálculo do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), cujo processamento fica nas "mãos frias" do Newave, modelo computacional que não reflete nuances de mercado.

A oportunidade de mudança se apresenta pela conjunção de dois fatores fortemente negativos e preocupantes: uma devastadora crise financeira sem hora para acabar e o consequente recuo do consumo industrial. Ambos pressionam a indicação de soluções. Trata-se de uma janela especial que pode alterar de vez o rumo futuro das relações comerciais no mercado de energia. Quem sabe, inclusive, quebrando paradigmas dos quais o governo nunca quis abrir mão por pura fobia à liberdade de negociação.

A solução para a questão dos contratos no mercado

livre já está no forno do MME, e tudo indica, salvo tropeços de última hora, que vai ser anunciada muito em breve. É basicamente resultado do amadurecimento de um longo debate entre governo, Aneel e associações. Sinal forte de que uma liberação efetiva está próxima foi o despacho 4.530, oficializado pela agência em 5 de dezembro de 2008, no apagar das luzes da gestão Jerson Kelman. O documento abriu precedente importante e passou quase despercebido.

Já o acerto no cálculo do PLD é um pouco mais trabalhoso e lento, até pela falta de alternativa concre-



Alexandre Bertoni

ta ao Newave, que roda semanalmente os valores do mercado spot. A exemplo do início de 2008, quando os preços bateram no teto, levando pânico ao mercado, os valores de janeiro voltaram a despertar desconfiança. Para se ter uma idéia, em meio a notícias de mergulho da atividade econômica, as cotações saltaram, entre a segunda e a quarta semana, de R\$ 28,13 para R\$ 140,66 o megawatt-hora no submercado Sudeste/Centro-Oeste.

### Possíveis soluções

São duas as fórmulas de repasse de excedentes de energia em estudo pelo MME, adianta o presidente da Abraceel, Paulo Pedrosa. Em ambas a preocupação central reside em preservar os direitos do vendedor, sobretudo os agentes de geração.

A primeira possibilidade prevê a negociação com uma terceira parte, mantendo a relação contratual original. Ou seja, o titular da compra continua responsável por honrar o pagamento e assume inteiramente o risco da revenda a terceiros. Na segunda, haveria a efetiva transferência de titularidade do compromisso contratual, desde que obtida aprovação do vendedor original. “Abre-se, na prática, a possibilidade de um investidor adquirir contratos e negociá-los adiante, transformando-os, num segundo patamar, em certificados de energia”, explica Pedrosa.

“Ainda não podemos afirmar qual é o tamanho e a profundidade da crise, mas, caso ela seja severa e longa, sem dúvida trará consequências para todos os agentes do setor elétrico”, avalia Lúcio Reis, diretor Executivo da Anace, entidade que também participa do esforço ante o governo.

As sobras de energia resultantes da queda da atividade industrial, lembra Reis, têm como destino final a liquidação pura e simples pelo PLD, em geral com prejuízo para o consumidor livre que no ano passado achou melhor contratar suprimentos a peso de ouro por um prazo mais longo, temendo risco de desabastecimento. “O que era reivindicação dos agentes agora se tornou uma

medida urgente”, reforça o presidente da Abraceel, Ricardo Lima.

Do lado dos geradores, parte diretamente interessada no desenlace dos entendimentos com MME e Aneel, o silêncio é total. A Tractebel preferiu não comentar o assunto por achar prematuro tirar conclusões quanto a sobras de energia decorrentes da crise. EDP Energias do Brasil e Duke Paranapanema também não quiseram se manifestar. A Duke, aliás, andou recomprando energia excedente por conta própria, de clientes que comprovassem redução de demanda em razão da adoção de planos de eficiência energética.

### Autismo do PLD

Em relação aos humores do modelo de cálculo do PLD, houve, em 2008, iniciativa da CCEE e do ONS de partir para uma revisão da sistemática. De lá para cá, porém, não se teve notícia do andamento dos trabalhos.

Enquanto isso, fica do jeito que está o autismo dos preços de curto prazo. Indústrias param, o consumo afunda, mas o que o modelo enxerga, principalmente, é afluência de água nos reservatório, somada ao risco do acionamento de termelétricas. E tome volatilidade.

“O problema é que o Newave precisa ter uma entrada de dados mais transparente ao mercado”, cobra o diretor da comercializadora Delta Energia, Mateus Andrade. Segundo ele, não se tem notícia de que a premissa de 4% de crescimento do PIB para 2009 tenha sido corrigida. E isso, a essa altura do campeonato, faz toda a diferença.

Já para Luiz Augusto Barroso, diretor da consultoria PSR, além do desconforto de ter todo o modelo de preços concentrado num único agente tomador de decisões, a frequência e a diversidade de alimentação das informações são igualmente questionáveis. A oferta é verificada mês a mês, enquanto a demanda é revisada em espaços de tempo maiores. O recuo do consumo nacional – 1,8% em dezembro, segundo a EPE – vai ter influência apenas a partir do segundo trimestre. “Seria melhor que cada agente de merca-

## Exceção à regra

O despacho 4.530, da Aneel, assinado por Hélvio Neves Guerra, superintendente de Concessões e Autorizações de Geração, liberou um grupo de autoprodutores a comercializar excedentes, “eventual e temporariamente”, provenientes de 15 empreendimentos hidrelétricos e um termelétrico. As empresas que ganharam licença para vender são Alcoa, ArcelorMittal, CSN, Gerdau, Samarco, Vale, Valesul, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais e Siderúrgica Barra Mansa. Usinas autorizadas: Machadinho, Guilman-Amorim, Canoas 1 e 2, Igarapava, Açominas (UTE), Muniz Freire, Amador Aguiar I e II (Capim Branco), Porto Estrela, Glória, Nova Maurício, Ituerê, Melo, Picada e Sobragi. (A.C.S.)

do pudesse oferecer suas informações e sua visão de tendências, contribuindo, assim, para tornar mais robusta a metodologia”, defende.

Agora resta torcer para que a atividade econômica se recupere e as distorções no PLD não façam muito estrago até que CCEE, ONS e MME venham a público anunciar o que o mercado quer ouvir. Por enquanto o cenário só não é mais pantanoso porque a crise está servindo para ajustar oferta e demanda, descompassadas em 2008 por causa da velocidade anabolizada da economia mundial.

Se a queda do consumo piorar, a chiadeira do mercado será inevitável. Embora nada comparado à guerra judicial deflagrada pelo racionamento de 2001, escritórios de advocacia terão muito trabalho. “Pelas regras em vigor, não importa que uma determinada empresa fique completamente inativa e reduza seu consumo a zero, porque o que vale e será cobrado é o contrato de compra de energia”, resume Barroso. ■